

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
COOPERATIVISMO

MURILO SENA BAIERO

**OS COMPASSOS E DESCOMPASSOS ENTRE O DEBATE ACADÊMICO E AS
DEMANDAS COTIDIANAS DOS ATORES SOCIAIS QUE INFLUENCIAM E SÃO
INFLUENCIADOS PELO COOPERATIVISMO**

VIÇOSA
2021

Folha de aprovação

Nome do autor: Murilo Sena Baiero

Título do trabalho: os compassos e descompassos entre o debate acadêmico e as demandas cotidianas dos atores sociais que influenciam e são influenciados pelo cooperativismo

Natureza do trabalho: Cooperativismo, Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural.

Orientadora: Professora Nathália Cosmo do Departamento de Economia Rural.

Data da aprovação/apresentação: 14/05/2021.

Modalidade: Artigo científico, o presente trabalho segue a formatação da Revista da SOBER no qual será submetido para avaliação e posteriormente para publicação.

OS COMPASSOS E DESCOMPASSOS ENTRE O DEBATE ACADÊMICO E AS DEMANDAS COTIDIANAS DOS ATORES SOCIAIS QUE INFLUENCIAM E SÃO INFLUENCIADOS PELO COOPERATIVISMO¹

Resumo

Com o intuito de discutir sobre as temáticas emergentes e estabelecidas na agenda do cooperativismo brasileiro, este artigo parte dos resultados parciais das entrevistas da pesquisa “Construção participativa de propostas de atualização do marco regulatório cooperativista”². O objetivo fundamental consiste em observar as principais categorias levantadas a partir do referido projeto de pesquisa diante das principais linhas temáticas destacadas na comunidade científica. O percurso metodológico foi organizado em duas fases: a primeira consistiu na identificação de quatro categorias analíticas mais frequentes nas entrevistas no marco do referido projeto e a segunda em analisar o corpus produções científicas publicadas no período 2018-2020 no Portal de Periódicos e no Banco de Teses da CAPES. Os resultados obtidos indicam que ‘governança’ foi o tema mais debatido entre as produções acadêmicas e o tema ‘tributação’ mais presente nos discursos dos entrevistados, seguido da temática de governança. Entretanto a temática da tributação se encontra escassamente abordada na agenda de pesquisa no Brasil. Dessa forma, em termos de proximidades entre a agenda da comunidade científica e os eixos temáticos na pauta de propostas de atualização do marco regulatório, notamos que a governança se consolida como um tema estabelecido ao longo dos anos na agenda de pesquisa mostrando que são desenvolvidas capacidades e um saber fazer relacionado a essa temática. Por outro lado, o cenário do cooperativismo em relação ao tema da tributação ainda carece de maior aporte analítico por parte dos pesquisadores. Assim, estes hiatos podem se transformar em fontes de aprendizagem para que seja constituída uma pauta comum para promover mudanças na realidade das cooperativas.

Palavras-chave: Cooperativismo; direito cooperativo; comunidade científica.

Abstract

In order to discuss emerging themes and established in the Brazilian cooperative agenda, this paper starts from the partial results of the interviews of the research “Participatory construction of proposals to update the cooperative regulatory framework”. The main of this paper is to observe the fundamental categories raised from the aforementioned research project in the light of the main thematic lines highlighted in the scientific community. The methodological path was organized in two phases: the first phase consisted of identifying four most frequent analytical categories in the interviews realized in the framework of this research project, the the second phases consisted of analyzing the corpus of scientific productions published in the period 2018-2020 in the CAPES Journal Portal. The results obtained indicate that ‘governance’ is the most debated topic among academic productions and the ‘taxation’ theme most present in the interviewees’ speeches, followed by the topic governancance. However, however the topic discussing taxaxion is scarcely addressed in the research agenda in Brazil. Thus, in terms of proximity between the agenda of the scientific community and the thematic axes in the agenda of proposals for updating the regulatory framework, we note that governance is consolidated as a theme established over the years, in addition to the scenario of cooperativism in relation to the subject of taxation still needs greater analytical support from researchers. Thus, these gaps can become sources of learning so that a common agenda is created to promote changes in the reality of cooperatives

.Key words: Cooperativism; Cooperative Law; Scientific Community.

¹ Trabalho submetido a 6ª Edição do Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC), e se encontra em análise.

² Chamada Cnpq/Sescoop Nº 07/2018 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação Em Cooperativismo Faixa A. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos mediante o parecer 3.402.597.

1. Introdução

A temática envolvendo cooperativas e cooperativismo vem tomando espaço e se consolidando na agenda de pesquisa e debate acadêmico no Brasil. Tal fato se evidencia pela quantidade expressiva de trabalhos nos principais meios de divulgação científica, a exemplo dos 588 registrados no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2010 a 2020. Somando a isso, o Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC), que ocorre de forma bienal, também apresentou um aumento de 30%³ nas submissões de trabalhos científicos do ano de 2019 em relação ao evento anterior.

Os debates que emergem no meio acadêmico em relação ao Cooperativismo versam sobre desafios cotidianos vivenciados nas organizações cooperativas, entidades representativas e sistemas de formação. Com o intuito de discutir sobre as temáticas emergentes e estabelecidas na agenda do cooperativismo brasileiro, este artigo parte dos resultados parciais da pesquisa “Construção participativa de propostas de atualização do marco regulatório cooperativista”, que propõe a validação da pesquisa participativa como instrumento de atualização no marco regulatório da Política Nacional do Cooperativismo. O objetivo geral consiste em observar as principais categorias levantadas a partir do referido projeto de pesquisa diante das principais linhas temáticas destacadas na comunidade científica.

Um pressuposto basilar da pesquisa da qual deriva o presente artigo é reconhecer a presença características de políticas públicas expressos pela lei federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, estabelecendo as características das “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil” (art. 4º). Embora possa ser compreendida como um incentivo à autogestão de trabalhadores e trabalhadoras para a consecução de objetivos comuns, a política traz a participação ativa tão somente do poder público na “coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo”, em especial pela “prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas” (art. 2º e parágrafo único).

Assim, características de políticas públicas se encontram presentes no marco regulatório e, como tal, existe uma racionalidade previsível nas escolhas tomadas no âmbito macro, micro e mesoinstitucional (BUCCI, 2013, pp. 39-42). Como política pública, trata-se, portanto, de um “programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados”, os quais possuem como objetivo “coordenar meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”, em especial a partir de seu caráter institucional (BUCCI, 2006, p. 39; 2013, pp. 38-39).

Os estudos de Muller (2013), por sua vez, nos convidam a assumir que a construção de políticas é um processo indissociável da ação das pessoas e grupos envolvidos, de sua capacidade de produzir discursos concorrentes, de seus modos de mobilização.

A pesquisa é de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas por amostra não-probabilística junto a docentes, especialistas, sócios e diretores cooperativas e entidades de representação, pelas quais foram encontrados os eixos temáticos que carecem de atualização/recontextualização no marco regulatório do Cooperativismo. Os temas mais frequentes obtidos por meio da pesquisa desempenharam, para o desenvolvimento do presente artigo, o papel de guiar o desenvolvimento do estado da arte da produção atual acadêmica brasileira em relação ao Cooperativismo. Por envolver a participação

³ Informação disponível no do EBPC: www.somoscooperativismo.coop.br/EBPC.

de seres humanos, houve a prévia submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CAAE nº 13579819.9.0000.5153).

Acredita-se que por meio deste percurso metodológico-analítico será possível encontrar proximidades e distanciamentos entre o cotidiano de atores que lidam com o Cooperativismo e a agenda da produção acadêmica no Cooperativismo. Finalmente, poderão ser indicados os temas que estão ou merecem entrar, para utilizar o termo cunhado por Muller, na janela política.

2. Material e Método

Para desenvolver o presente artigo, o percurso metodológico foi organizado em duas fases. A primeira consistiu na identificação de quatro categorias analíticas mais frequentes nas entrevistas no âmbito do projeto “Construção participativa de propostas de atualização do marco regulatório cooperativista”.

Foram realizadas 25 entrevistas com os seguintes atores: docentes, especialistas, cooperativas e entidades de representação. Apesar de se tratar de uma amostra não probabilística, a escolha dos participantes da pesquisa se deu por dois critérios: 1) Ter como participantes da pesquisa pessoas das diferentes regiões do Brasil; 2) O total de entrevistados cobrisse a maioria dos ramos do cooperativismo, sendo eles crédito, trabalho, produção e prestação de serviço, agropecuário e infraestrutura. Deve-se salientar que, apesar de não haver sido desenhada na proposta original do projeto, a metodologia “bola de neve” acabou sendo empregada. Vinuto (2014), enfatiza que esse método é um tipo de amostragem não probabilística, que usa cadeias de referência. Ou seja, a partir dessa metodologia específica não se determina a probabilidade de seleção de cada participante, entretanto é válido para estudar grupos difíceis de serem acessados. Isso porque a propensão dos potenciais entrevistados em colaborar com a pesquisa foi maior pela indicação de um entrevistado a outro do que por e-mail sem conhecimento prévio dos atores. Por meio da análise de conteúdo dessas entrevistas, identificamos os eixos temáticos que mais foram destacados pelos participantes da pesquisa. A frequência dos temas mais sublinhados pelos entrevistados foi identificada manualmente.

A segunda fase do percurso metodológico consistiu na análise do *corpus* de produções científicas publicadas no período 2018-2020 e que se encontraram depositadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). De modo acessório, também se investigou os resultados de trabalhos no Banco de Teses da CAPES (2018-2020), que inclui pesquisas de mestrado e doutorado. A busca mais aprofundada no portal de periódicos se justifica pelo acesso público e *on-line* à informação científica, além da diversidade de textos disponíveis no banco de dados que reúne mais de 45 mil trabalhos acadêmicos e científicos nacionais e internacionais.⁴ Além disso, estes artigos, ao passarem pela avaliação cega de pares pelos comitês avaliadores dos periódicos, são validadas como relevantes pelo meio científico. Finalmente, cabe ressaltar a contribuição analítica de Ferreira (2002), que comenta que os catálogos criam condições para que os pesquisadores estabeleçam um intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir. A escolha da delimitação temporal se deu para mapear uma conjuntura mais recente do que se está produzindo a respeito das principais linhas temáticas destacadas na comunidade científica.

Considerando os eixos temáticos encontrados na primeira fase do percurso metodológico, foram inseridos os seguintes filtros para percorrer a base de dados no Portal de Periódicos e no Banco de Teses: 1) Governança; Cooperativismo; 2) Tributação; cooperativas; 3) Fundos; Cooperativismo; 4) Direito Cooperativo; Cooperativismo. Ferreira (2002) ressalta

⁴ Informação disponível em [https://www.periodicos-capes.gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=109](https://www.periodicos-capes.gov.br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=109). Acesso em: 15 abr. 2021.

que as pesquisas intituladas estado da arte que consideram apenas os resumos e os dados bibliográficos dos trabalhos científicos apresentam limitações, muitas vezes não sendo suficientes para a divulgação dos resultados e das possíveis contribuições daquela produção.

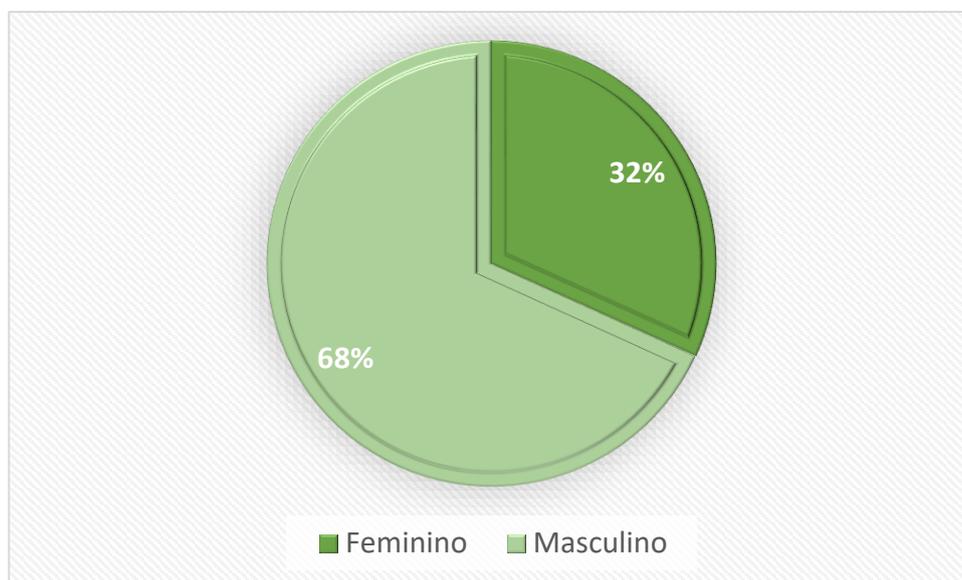
Levando em consideração essas limitações, optou nesse artigo por considerar os resumos e palavras-chave que constam nas produções acadêmicas do Portal de Periódicos. Nesse sentido, as palavras-chave apresentam algumas vantagens, pois resumem os tópicos principais de um texto, identifica ideias e temas essenciais para servir de referência a pesquisa. Segundo Ferreira (2002, p. 257) “a grande contribuição deste tipo de investigação é mostrar quais dimensões vêm sendo destacadas, os aspectos mais explorados pelos estudos.”

Depois de aplicados os filtros, foram identificados os seguintes atributos dos periódicos: palavras-chave, área de conhecimento, modalidade da produção acadêmica, gênero do(a) primeiro(a) autor (a), filiação institucional dos(as) primeiros(as) autores(as), titulação do primeiro(a) autora(a) e a revista. É importante salientar que para identificar a área de conhecimentos, considerou a área de conhecimento do periódico no qual foi publicada produção acadêmica. Finalmente, a produção de uma nuvem de palavras considerando todas as palavras-chave das produções acadêmicas selecionadas se deu por meio da utilização o software livre e gratuito da Microsoft Power BI Desktop a partir das informações do Portal de Periódicos da Capes do período 2018-2020.

3. Resultados das entrevistas

A coleta de dados e a criação de categorias orientou-se pela elaboração de um Codebook que possibilitou a padronização do olhar sobre o conteúdo das entrevistas, o perfil dos participantes da pesquisa mostra que foram entrevistadas 22 pessoas, dentre as quais a maioria são do sexo masculino como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Distribuição percentual de gênero dos entrevistados.



Os entrevistados são de 11 cidades diferentes que contemplam 9 estados brasileiros de todas as cinco regiões do Brasil, havendo uma predominância da região sudeste e do estado de Minas Gerais (N=11).

Foram entrevistadas 7 pessoas associadas a cooperativas que pertencem a quatro ramos do cooperativismo: agropecuário, crédito, trabalho e habitacional. Os outros entrevistados são de outros tipos de organização, universidades públicas e órgãos representativos como a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Além disso, houve a realização de

entrevistas com representantes de grupos que se relacionam com as normas e regulamentações do cooperativismo.

Levando em consideração esse perfil, a análise dos dados mostra que no âmbito legal das cooperativas, todos os entrevistados têm conhecimento a respeito do marco regulatório do cooperativismo. Quando questionados sobre a eficiência da lei 5764/71, 41% (N=9) responderam que não consideram eficiente, ao passo que 36% (N=8) consideram eficiente e os demais não se posicionaram. No que se refere a dificuldade enfrentada devido a impedimentos jurídicos, 59% (N=13) responderam que já tiveram algum tipo de impedimento classificados como: constituição, governança liquidação, licitação e tributação.⁵

Investigou-se também os pontos positivos do marco regulatório, destacaram a governança e os princípios. Outros temas foram citados como classificação, fundos e tributação, 54% (N=12) não apontaram nenhum ponto positivo na lei. Quando questionados sobre os pontos negativos da lei, os aspectos mais citados foram tributação, fundos, filiação, restrições, governança, constituição, centralização e tecnologias.

Outro ponto questionado, se refere ao conhecimento dos entrevistados em relação a Lei das Cooperativas de trabalho, (N=4) responderam que não conhecem, (N=13) responderam que conhecem, destacamos que o restante não respondeu a essa questão, uma vez que, era específica para um grupo de participantes. Ainda referente a Lei das cooperativas de trabalho, questão, foi indagado se essa lei trouxe melhorias ou dificuldades para as cooperativas, (N=3) responderam que trouxe dificuldades, (N=8) responderam melhorias, uma pessoa respondeu que trouxe as duas situações.

Indagou-se também, quais desafios práticos para conciliar a lei trabalhista e a lei das cooperativas de trabalho, e nesse sentido (N=4) responderam ser a terceirização e (N=3) realçaram a precarização. O último aspecto questionado aos participantes se refere a visão deles sobre alguma dificuldade causada pelo marco cooperativista ao realizar as atividades da cooperativa de crédito, e 77% (N=17) responderam nenhuma dificuldade.

A partir do *corpus* composto pelas entrevistas foram criados eixos temáticos para padronizar a análise das entrevistas, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1. Eixos temáticos de acordo com a frequência das entrevistas

Categoria	Frequência
Tributação	19
Governança	18
Fundos	10
Filiação/Registro	8
Constituição	7
Tecnologia	7
Restrições	6
Centralização	2
Classificação	1

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da pesquisa.

Como podemos observar na tabela 1, o termo que apareceu com maior frequência foi tributação com 19 citações pelos entrevistados, logo em seguida o termo governança teve 18 citações durante as entrevistas. Outros termos que foram bastante utilizados foram fundos e filiação/registro com 10 e 8 citações respectivamente. Já os termos constituição e tecnologia

⁵ As categorias estão explicadas e exemplificadas no quadro 1.

foram citados 7 vezes cada durante as entrevistas realizadas seguidos pelo termo restrições com frequência 6. Por fim, os termos com menos citações foram, centralização com 2 e classificação com apenas uma citação.

Tendo em vista as categorias evidenciadas pelos resultados dos roteiros semiestruturados, o mapeamento bibliográfico foi realizado a fim de encontrar proximidades e distanciamentos entre o cotidiano de atores que lidam com o Cooperativismo e a agenda da produção acadêmica no Cooperativismo.

3.1 Mapeamento bibliográfico: perfil dos artigos

Do total de 45 trabalhos científicos encontrados a partir das palavras chaves, 41 são artigos, 3 livros e 1 resenha, que estão distribuídos de forma equilibrada durante os dois primeiros anos do período analisado sendo 21 em 2018 e 19 em 2019, tal como a tabela 2 permite vislumbrar.

Tabela 2: Número de trabalhos encontrados no Portal de Periódicos da Capes áreas temáticas Governança, Tributação, Fundos e Direito Cooperativo, considerando modalidade e o ano de publicação.

Área temática	Governança	Tributação	Fundos	Direito Cooperativo	Total
Produções acadêmicas em 2018	12	7	2	0	21
Produções acadêmicas em 2019	9	4	4	2	19
Produções acadêmicas em 2020	2	2	0	1	5
Total de produções acadêmicas	23	13	6	3	45
Modalidade de produções acadêmicas	22 artigos 1 livros 0 resenha	11 artigos 2 livros 0 resenha	5 artigos 0 livros 1 resenha	3 artigos 0 livros 0 resenha	41 artigos 3 livros 1 resenha

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações do Portal de Periódicos da Capes do período 2018-2020.

A discrepância na quantidade de publicações no ano de 2020, em que foram identificadas um total de 5 produções pode ser explicada pelo advento da pandemia da COVID-19, já que grande parte das instituições de ensino suspenderam ou paralisaram suas atividades até se readaptarem ao novo contexto. Desta forma, muitas pesquisas em andamento foram paralisadas ou sofreram alterações na sua metodologia. Este foi particularmente o caso da pesquisa da qual o presente artigo é derivado.

Ao analisar a relação de trabalhos notou-se que 51 % (23 pesquisas) estão concentradas no eixo sobre Governança, 28% Tributação (13 pesquisas) e as demais em Fundos 6 e Direito Cooperativo 3.

No que se refere às áreas de conhecimento, 60% total das produções acadêmicas se enquadram na área de Ciências Humanas, 36% em Ciências Sociais Aplicadas, 2% em Ciências Biológicas e apenas 2% em Ciências Exatas. Podemos notar, que os trabalhos se encontram em 4 áreas do conhecimento, é válido ressaltar também que o cooperativismo no Brasil atualmente está organizado em sete diferentes ramos da sociedade, assim as cooperativas atuam em

diversos setores da economia. Desse modo, tal fato pode impulsionar a diversidade dos campos de estudos e a interdisciplinaridade desse tema. A figura 1 permite entrever essa realidade na distribuição:

A figura 2 permite entrever essa realidade na distribuição:

Figura 2 – Distribuição dos trabalhos científicos de acordo a área de conhecimento.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações do Portal de Periódicos da Capes do período 2018-2020.

Outro fator que averiguamos se refere à relação do eixo temático (Governança, Tributação, Fundos e Direito Cooperativo) com as grandes áreas do conhecimento segundo a categorização proposta pela CAPES. Podemos notar a distribuição na figura 2. Na área das Ciências Humanas, 12 trabalhos versaram sobre o eixo governança, em seguida temos 10 trabalhos com a temática tributação. Já os temas fundos e direito cooperativista foram tratados em trabalhos das Ciências Humanas 3 e 2 vezes.

No que diz respeito à área de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas, o eixo governança foi discutido em 10 trabalhos, tributação em 2, fundos em 3 e direito cooperativo em apenas 1 trabalho. Em contrapartida, poucos trabalhos foram publicados nas demais áreas, apenas um em Ciências Biológicas e um em Ciências Exatas abordando os eixos tributação e governança.

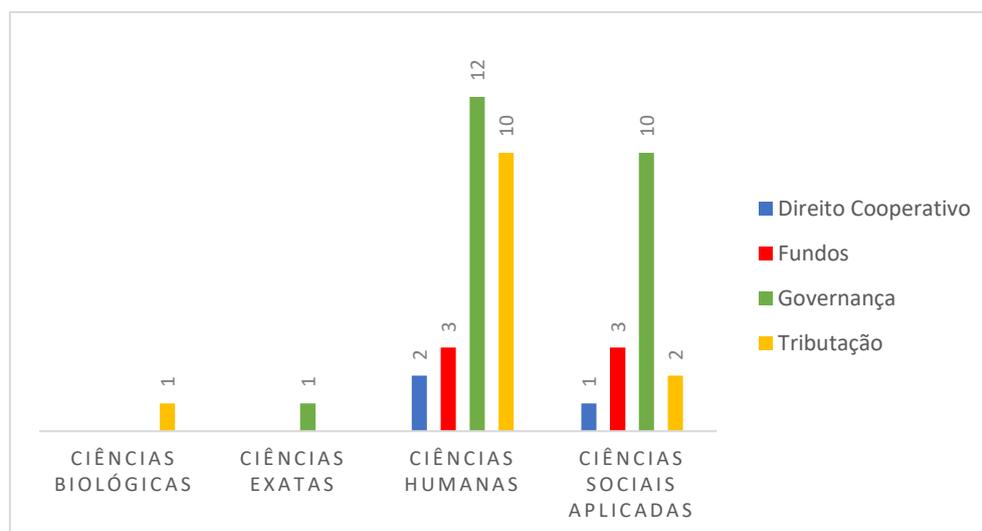
Diante disso, foi possível observar que eixo temático sobre governança é predominante tanto nas áreas das Ciências Humanas, quanto nas Ciências Sociais Aplicadas. É válido destacar que são campos de conhecimento interdisciplinares, pensados para os fatores sociais dos diversos contextos da sociedade.

O termo tributação aparece nas Ciências Biológicas no trabalho⁶ sobre o sistema de saúde no Brasil e na França, enfatizando também a saúde suplementar, a pesquisa foi publicada na Revista *Ciência & Saúde Coletiva*. O termo governança apareceu no trabalho⁷ sobre gestão e qualidade de uma rede de suprimentos. É válido destacar que o periódico *Exacta* em que foi publicado aborda os diversos campos da Engenharia de Produção.

⁶ Título do trabalho: *Transformações dos sistemas de saúde na era da financeirização. Lições da França e do Brasil*.

⁷ Título do trabalho: *Governança e gestão da qualidade em uma rede de suprimentos no estado de Mato Grosso*.

Figura 3. Distribuição das produções por eixo temático de acordo com as grandes áreas de conhecimento da CAPES



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações do Portal de Periódicos da Capes do período 2018-2020.

Em relação ao local de publicação dos trabalhos, verificamos que estão distribuídos em 35 diferentes Revistas, dos quais não há grande concentração em um só periódico. Há apenas repetição nas Revistas *HOLOS* e *Política & Sociedade*, com 4 publicações cada; além de *Metropolitana de Sustentabilidade*, *Opinião Pública*, *Quaestio Iuris* e *RAEP* com 2 publicações cada. Nas demais, consta apenas um trabalho publicado.

Conforme as informações sobre os trabalhos acima, podemos observar que, em termos de montante de publicações, há um equilíbrio de publicações feitas em 2018 e 2019, enquanto houve uma queda para 2020. Além disso, notamos uma grande quantidade de publicação na modalidade de artigos, nos quais o principal eixo temático encontrado nas buscas foi a governança. Outro ponto, é a concentração de produções área de conhecimento em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, entretanto estão bem distribuídas em diversas revistas.

A seguir elaboramos uma sistematização das palavras-chave encontradas a partir da escolha dos próprios pesquisadores. A análise está representada por meio da técnica de nuvem de palavras⁸ que permite uma representação visual de acordo sua frequência nas produções acadêmicas coletadas, conforme mostra a Figura 4. Ressalta-se que as palavras com o maior tamanho foram as que tiveram maior presença nos trabalhos científicos.

⁸ Foi utilizado o programa Power BI Desktop da Microsoft.

Figura 5 – Distribuição territorial das universidades dos trabalhos:



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do informações do Portal de Periódicos da Capes do período 2018-2020, utilizando o software da Microsoft Power BI.

É importante ressaltar que há uma predominância de trabalhos produzidos pela região Sul do Brasil e, por outro lado, uma visível escassez de produção acadêmica na região Norte do Brasil. Alguns fatores podem influenciar esses resultados. De acordo com o *Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020*,⁹ a região Norte conta com 636 cooperativas registradas na Organizações das Cooperativas Brasileiras (OCB), enquanto a região Sul tem 891 cooperativas. Em números de cooperados, segundo o mesmo anuário no Sul existem 7.753.184 pessoas sócias de cooperativas, ao passo que no Norte tem 266.869.

A presença abundante de cooperativas dispersas no Sul do país pode estar influenciando na inserção de categorias analíticas relacionadas ao Cooperativismo na agenda de pesquisa das instituições de ensino e pesquisa desta região. Assim, se verifica que os problemas enfrentados regionalmente também condicionam a agenda de pesquisa. Apesar de a população do Sul do Brasil quase 2 vezes maior que a população do Norte do Brasil de acordo com o último censo do IBGE (2010), há de se levar em consideração a dispersão geográfica das cooperativas. Se considerarmos a dimensão geográfica do Sul (576.774 km²) e a do Norte (3.870.000 km²), com base no número de cooperativas nestas duas regiões, teremos uma cooperativa a cada 6.084 km² no Norte e uma cooperativa a cada 647 km² no Sul.

Estes dados nos levam a refletir sobre o papel das redes interorganizacionais. Nesse sentido, cooperativas centrais, fóruns e entidades de representação de cooperativismo podem exercer um papel importante como meio de fomentar a criação dessas redes uma vez que são alternativas para ganho de produtividade e economia de escala (NETO e REIS, 2019). Dessa forma, essa configuração em rede é uma das estratégias disponíveis as sociedades cooperativas na busca por mercado e representação.

Outro aspecto importante para levar em consideração é o número Instituições de Ensino Superior (IES) da região, em grande medida um aspecto das desigualdades regionais. Segundo dados do *Mapa de Ensino Superior do Brasil 2020*¹⁰ produzido pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), a região Norte possui a menor quantidade de matrículas

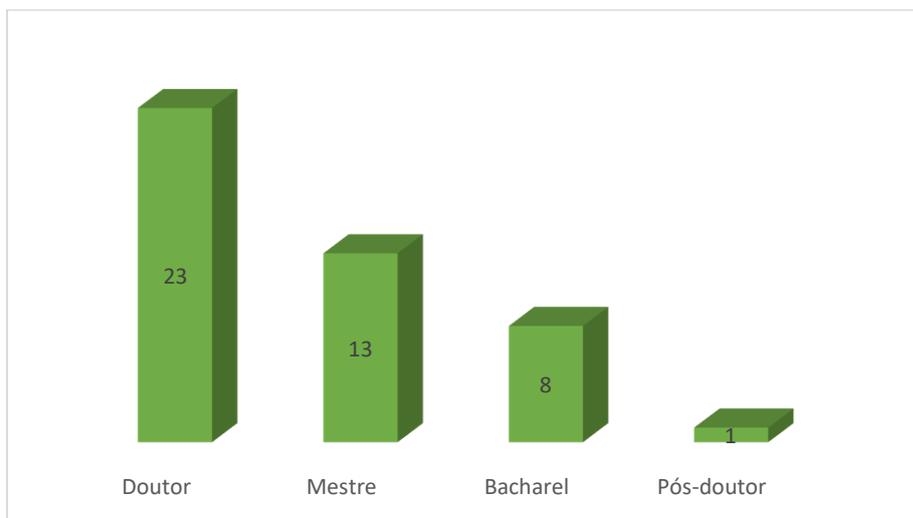
⁹ Informação disponível: <https://www.ocb.org.br/numeros>. Acesso em: 22 abr. 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

do país, contando com 174¹¹ instituições. Já na região Sul se reflete o total de 413 instituições de ensino superior. Tal fato, nos traz evidência para supor uma das causas da fragilidade em termos de produções relacionadas ao cooperativismo nessa região.

Ainda sobre as características dos autores, observamos que referente à titulação acadêmica destes, destaca-se que 51% são doutores em sua formação, 29% são mestres, 18% são bacharéis e 2% com pós-doutorado no momento da execução desta pesquisa, conforme mostra a figura abaixo.

Figura 6 – Titulação dos autores dos trabalhos científicos:



Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações do Portal de Periódicos da Capes do período 2018-2020.

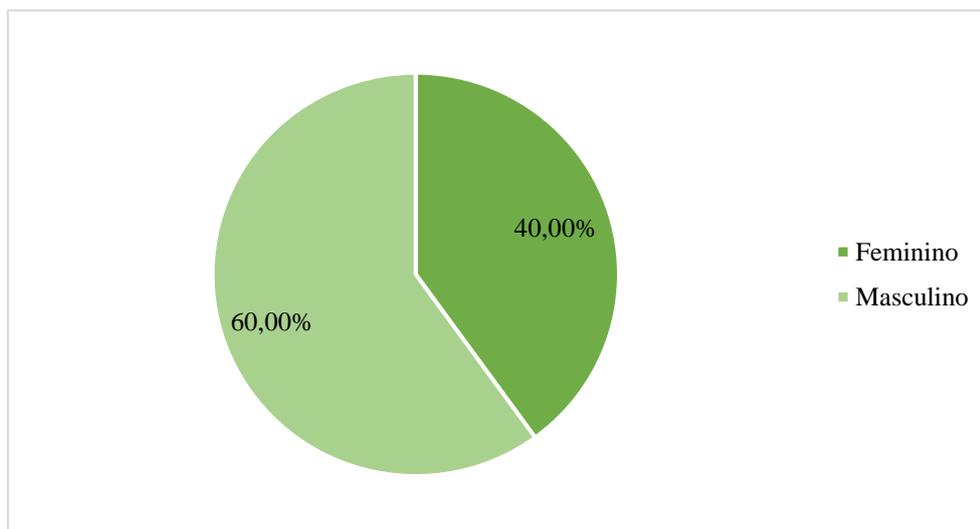
Constatamos que há uma predominância de autores com a titularidade de doutor. Tal dado, pode ser explicado por diretrizes das revistas que geralmente pedem primeiro autor com doutorado, bem como é exigido publicação de artigos para atender a requisitos de conclusão de alguns programas de doutorado.

Ao considerar o gênero,¹² encontra-se que do total, 60% correspondente ao sexo masculino, 40% correspondes ao sexo feminino, como ilustra a figura 7.

¹¹ O número total de IES não corresponde à soma dos números de IES em cada estado porque uma mesma instituição pode oferecer cursos em mais de um estado.

¹² Como limitação da pesquisa, salientamos que não foi possível considerar a identidade de gênero, pois é um elemento que careceria de uma abordagem de foro pessoal dos autores e autoras das produções acadêmicas.

Figura 7. Distribuição percentual das produções de acordo com o gênero dos autores:



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações do Portal de Periódicos da Capes do período 2018-2020.

Notamos que não há uma igualdade nas publicações, entretanto é válido salientar que a disparidade de gênero das produções encontradas é menor do que dos entrevistados desta pesquisa, uma vez o percentual de homens e mulheres entrevistados, se deu em 68% e 32% respectivamente. Realçamos que o método “bola de neve” contribuiu para essa configuração. Vale ressaltar ainda que apesar da existência da discrepância no número entrevistados e entrevistadas, o cenário reflete a realidade encontrada no quadro social das cooperativas brasileiras, como aponta os dados do *Anuário do Cooperativismo 2020* em que são compostos por 62% são homens e 32% mulheres. O *Diagnóstico da situação atual das CHSSALLA brasileiras*,¹³ do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, também demonstra a realidade no Ensino Superior, em especial na Pós-Graduação, onde a participação feminina como professoras é bem menor em relação à masculina. Tal fato por sua vez dá indícios que os resultados discutidos abaixo encontram proximidades com o cotidiano dos atores que lidam com o Cooperativismo e a agenda da produção acadêmica.

Por fim, percebemos que o perfil de primeiros autores é predominantemente das regiões Sul e Sudeste do Brasil, com evidência para o estado do Rio Grande do Sul. Os autores em sua maioria possuem pós-graduação, principalmente doutorado.

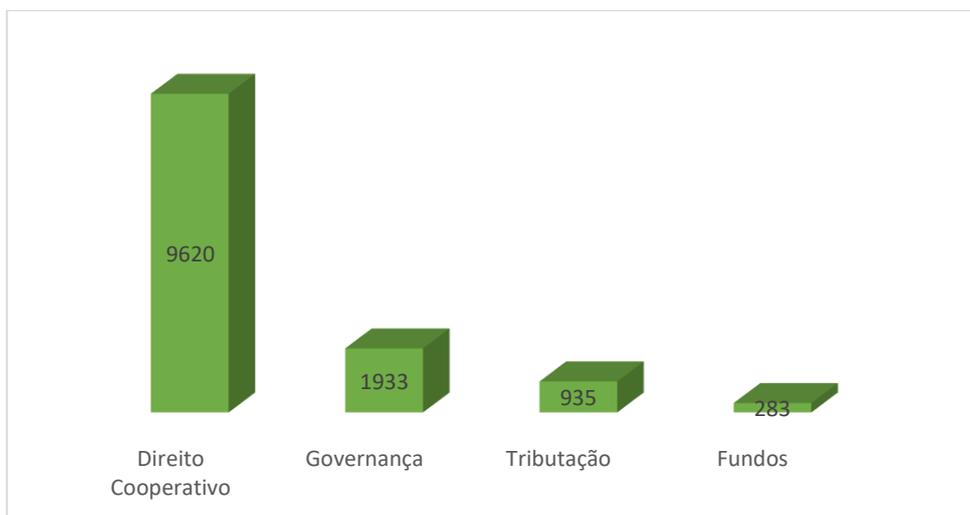
3.3 Frequência de Teses e Dissertações

Como podemos observar na figura 7, o termo que apareceu com maior frequência foi o direito cooperativo com 9620 resultados, logo em seguida o termo governança teve 1933 trabalhos científicos. Já os termos tributação e fundos foram identificados 935 e 283 resultados respectivamente.

¹³ Informação disponível em:

https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/4104_Diagnostico+CHSSALLA+final+vs+12.03.20_COMPLETO+2.0.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

Figura 8. Eixos temáticos de acordo com a frequência dos resultados



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações Banco de Teses da Capes do período 2018-2020

O eixo direito cooperativo concentrou a maior parte dos resultados, tal fato pode ter sido expressivo visto a abrangência do termo direito, que pode conceber diferentes áreas de estudo na sociedade, inclusive os termos subsequentes. Observamos, no entanto, que um dos critérios de busca foi Direito Cooperativo; Cooperativismo, o que repercute nos resultados. É válido destacar, que tributação não apresentou muitos trabalhos, mesmo direito cooperativo sendo muito evidenciado. Já governança como vimos nos trabalhos do portal de periódicos, mostra que é uma área que vem sendo estudada pela comunidade acadêmica. Bem como conta com um número significativo de teses e dissertações. Por fim, o termo fundos apresenta poucos resultados de produções científicas em comparação aos outros eixos.

4. Discussão

A governança foi o segundo tema de destaque entre os discursos obtidos por meio da pesquisa, e foi o tema mais debatido entre as produções acadêmicas dos periódicos, com 51% do total de produções identificadas no período analisado, do mesmo modo apresenta 15% do total de buscas dos trabalhos encontrados no formato de teses e dissertações. Este confronto de evidências nos permite asseverar que a governança é um tema estabelecido tanto na agenda de pesquisa brasileira do Cooperativismo como no cotidiano dos atores sociais envolvidos em cooperativas dos diferentes ramos, sistemas de formação e de representação do Cooperativas.

No entanto, os resultados apresentados realçaram que o tema 'tributação' prioritariamente presente nos discursos dos participantes da pesquisa se encontra escassamente abordado na agenda de pesquisa no Brasil. Isso porque apenas 28% do total de produções acadêmicas dos periódicos identificadas corresponde à categoria analítica de tributação em cooperativas, além do mais em relação as teses esse número não é tão escasso em números de trabalhos, porém apresenta 7% do total de produções encontradas, sendo quase metade dos trabalhos sobre governança. Isso evidencia que dilemas vivenciados no cotidiano dos atores sociais envolvidos em cooperativas, sistemas de formação e de representação do Cooperativas em relação ao tema da tributação ainda carecem de maior apoio analítico por parte dos pesquisadores.

Para melhor discutir esse resultado articulado o quadro geral da análise de Muller (2013), que por sua vez, aponta que a gênese da ação pública é organizada em três processos ideais, sob o aspecto analítico distintos: 1) problematização dos fenômenos sociais, 2) da

inscrição formal na agenda e 3) da influência eventual das “janelas políticas”. Diante disso, é válido realizar uma análise, a partir desse olhar desses três processos, visto as características de política pública que versa sobre o marco regulatório do cooperativismo.

Em primeiro lugar, os fenômenos sociais surgem e são difíceis de se antecipar, entretanto para tornar-se um problema capaz de provocar a intervenção de um agente público, esses fenômenos passam por uma série de prismas, que decorrem por diferentes processos de seleção, sendo assim, colaboram para torná-los objetos legítimos da ação pública (Muller, 2013). No contexto desse projeto, o problema está diretamente ligado as situações vivenciadas das no cotidiano das organizações cooperativas, que carece de absorção das demandas dos cooperados nas mais diversas experiências, conhecimentos e necessidades.

Outro fator importante, é o fato de a legislação cooperativista ser antiga, constituída na década de 1970, e sofrendo impactos posteriores como a promulgação da Constituição Federal, de 1988, e do Código Civil, de 2002; nos quais foram institucionalizados novos paradigmas de participação popular, em especial com a ampliação do conceito de cidadania.

Trata-se de uma dinâmica que acompanha a nova gramática da democracia que é construída no processo da abertura. A cidadania passa a ser encarada como direito a ter direitos, incluindo os civis, políticos e sociais. A participação cidadã, portanto, inclui o movimento da sociedade civil organizada, de um lado; e sua interferência por meio de concorrência eleitorais e demandas à sociedade política, de outro. Como destaca Maria da Glória Gohn (2019), de 1960 à virada política iniciada em 2013, há diversos ciclos de participação cidadã no Brasil com as demandas de direitos: na década de 1960, com a organização contra as políticas de opressão da ditadura civil-militar que se instala em 1964; na década de 1970, quando o associativismo se torna articulador de grupos e pautas em torno de temas específicos por meio das bases, os chamados novos movimentos sociais; na década de 1980, quando a utopia dos direitos de cidadania incluem as Diretas Já e a formulação de uma nova Constituição; a década de 1990, com a abertura ao Terceiro Setor; a década de 2000, com papel preponderante dos Conselhos de regulação social na coisa pública; por fim, a partir da década de 2010, passamos por uma crise na representação da sociedade civil na sociedade política.

Muller (2013) salienta que a problematização dos fenômenos sociais é percebida a partir de lógicas simultâneas, no qual a evolução no tempo pode contribuir para a gravidade da situação. Dada a importância da informação e dos instrumentos no conhecimento desse fenômeno sociais, como uma variável essencial na definição desse quadro de Muller (2013), pode-se dizer que número expressivo de estudos no eixo temático sobre Governança denota o desenvolvimento de uma cultura crescente do planejamento, transparência e da gestão profissional das cooperativas.

Quanto ao passo relacionado à inscrição formal na agenda, Muller (2013) alerta que o problema deve estar integrado de fato às formas e às lógicas de funcionamento do aparelho político-administrativo. Nesse sentido, é válido destacar o papel das entidades de representação do cooperativismo brasileiro e sua influência nas relações institucionais frente aos atores públicos. Dessa forma, a inscrição na agenda política torna-se um jogo complexo de lógicas normativas que necessitam de trocas entre os agentes sociais, dada a importância do direito e da qualificação jurídica dos problemas. (MULLER, 2013)

Ademais, é relevante elucidar o conceito de “janelas políticas” por Muller (2013) que trata dos casos pela abertura de um momento de maior receptividade da parte dos agentes políticos. Destaca-se, no entanto, a emergência de uma interação de os diversos atores do cooperativismo, de modo a constituir pautas comuns. Do ponto de vista das produções acadêmicas, foram elaboradas pesquisas sobre os eixos temáticos de relevância para as organizações cooperativas que devem ser levadas em consideração na construção dessas pautas.

Essa proposta vai ao encontro da compreensão de Bucci (2006; 2013; 2019) de políticas públicas como conjunto de ações governamentais que não prescinde de um complexo de normas

jurídicas reguladoras, demonstrando o quadro da dinâmica político-eleitoral, legislativa, orçamentária, administrativa e judicial. Esse fator é relevante quando consideramos a constituição dessa janela política como uma janela de oportunidades para a mudança de um quadro-problema.

Nesse sentido, não basta a identificação de uma situação como um problema de relevância social, ou mesmo a construção de propostas de solução, “é necessária a existência de um contexto político favorável no qual o problema seja reconhecido, ao mesmo tempo em que existam soluções viáveis” (BUCCI, 2019, p. 1152) para que se pautem, ou obstrua a construção do conjunto de ações governamentais (programa, planejamento, público-alvo, quadro normativo etc.). O modelo de análises da múltiplas correntes (problema-solução-política) destacado por Bucci (2009) permite compreender as relações da sociedade civil e da sociedade política para que o marco regulatório assim se mantenha ou abra oportunidades de atualização.

5. Considerações Finais

Em termos de proximidades entre a agenda da comunidade científica e os eixos temáticos na pauta de propostas de atualização do marco regulatório cooperativista obtidas por meio da pesquisa, notamos que a governança se consolida como um tema estabelecido ao longo dos anos. Por outro lado, este artigo evidenciou que a tributação é um dos temas inseridos na pauta de atualização do marco regulatório do Cooperativismo, mas que se encontra escassamente abordado nas produções acadêmicas brasileiras nos periódicos e dispõe um potencial de pesquisa nas teses e dissertações. Esse dado deve servir de um alerta e também um convite à sensibilização para que o tema ganhe abertura e maior receptividade por parte dos agentes políticos.

No que se refere ao âmbito da pesquisa e das produções acadêmicas, os resultados apontam que é necessário canalizar esforços para o desenvolvimento de capacidades e formação de capital sobretudo na temática envolvendo a tributação em cooperativas para que a academia consiga lançar luzes em dilemas cotidianos dos atores sociais envolvidos no Cooperativismo brasileiro.

Destacamos também, a necessidade de se enxergar a gênese pública a partir dos 3 processos analíticos. É extremamente necessário que identificar o hiato entre a pauta das transformações sociais que ocorreram no cooperativismo ao longo do tempo a sua absorção pelo marco regulatório. Estes hiatos podem se transformar em fontes de aprendizagem para que seja constituída uma pauta comum e em consonância entre os diversos atores ligados a esse contexto. Para assim, estarem aptos juridicamente a ingressar na agenda e aproveitar as janelas políticas para promover mudanças na realidade das cooperativas, consolidando um modelo de participação na formulação de políticas públicas.

Referências

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas pública**. São PAULO: Saraiva, 2013.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari (org). **Políticas Públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Quadro de problemas de políticas públicas: uma ferramenta para a análise jurídico-institucional. **REI – Revista de Estudos Institucionais**, v. 5, nº 3, p. 1142-117, set./dez. 2019. Doi: <https://doi.org/10.21783/rei.v5i3.443>.

CENSO, I. B. G. E. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 30 de abr. 2021 , v. 23, 2010.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Diagnóstico da situação atual das CHSSALLA brasileiras**. Projeto: Diagnóstico da situação atual nas CHSSA brasileiras, 2019. Informação disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/4104_Diagnostico+CHSSALLA+final+vs+12.03.20_COMPLETO+2.0.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

DO ENSINO SUPERIOR, Mapa. São Paulo: SEMESP, 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/educacao-10/>. Acesso em 20/04/2021.

ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 5ª edição, 2019, Brasília-DF. Disponível em: <https://www.even3.com.br/ebpc/>. Acesso em 30 de abr. 2021.

FERREIRA, N.S.O. As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, 2002.

NETO, José Ambrósio Ferreira; REIS, Brício dos Santos. Coordenadores; Aline Xisto Rodrigues ... [et al.]. **Gestão de Empreendimentos Coletivos e Mercados – Viçosa, MG**: Ed. UFV, 2019. 292 p.: il. Color. 22cm. – (Projeto Cooperativismo SAF/UFV, Curso de capacitação. Módulo 1).

GOHN, Maria da Gloria. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019.

MULLER, Pierre. **A Análise das Políticas Públicas** / Pierre Muller, Yves Surel; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro, 2020**. Disponível em: <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, 2014.